**DIREITOS HUMANOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E RACIONALIDADE
PÚBLICA: CONDICIONANTES HERMENÊUTICOS DO DESENVOLVIMENTO
INTEGRAL DEMOCRÁTICO**

HUMAN RIGHTS, FUNDAMENTAL RIGHTS AND PUBLIC RATIONALITY:
HERMENEUTICAL CONDITIONERS OF A DEMOCRATIC INTEGRAL
DEVELOPMENT

Gisela Maria Bester¹
Eliseu Raphael Venturi²

RESUMO

Neste artigo é abordada a questão do vínculo entre os direitos humanos, os direitos fundamentais, o desenvolvimento em sentido amplo (e não exclusivamente em sua dimensão de direito fundamental) e a racionalidade pública enquanto condicionantes hermenêuticos do desenvolvimento integral, este, ápice de integração da teoria do desenvolvimento democraticamente comprometido. O enfoque hermenêutico se deve à questão da racionalidade pública, que implica um modo de pensar consentâneo aos preceitos jurídicos, em peso, fornecidos em suas bases pelo contexto dos direitos humanos e fundamentais, o que permite uma ampliação do debate, que não recai apenas sobre um setor econômico, profissional ou dimensão do Direito em específico, mas sobre todos, concorrentes(concomitantes)-colaboradores na referida racionalidade que expressa adesão ao ordenamento jurídico e sua principiologia.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; direitos fundamentais; democracia; racionalidade pública; desenvolvimento integral.

ABSTRACT

In this article is focused the question of the bond between human rights, fundamental rights, development – in a broad sense, and not only on its dimension as a fundamental right – and public rationality; this set of ideas is comprehended as hermeneutical conditioners of the integral development proposal, that, considered the apex integration of development theory in

¹Integrante do corpo docente permanente do Mestrado Acadêmico em Direito, Democracia e Sustentabilidade, da IMED – Faculdade Meridional. Professora do Curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins. Professora Colaboradora do Mestrado Acadêmico em Direito Empresarial e Cidadania, do UNICURITIBA. Mestre (UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina), Doutora (UFSC e *Universidad Complutense de Madrid*) e Pós-Doutoranda em Direito Público (FDUL – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa).

² Licenciado em Artes Visuais pela Faculdade de Artes do Paraná. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Especialista em Direito Público pela Escola da Magistratura Federal no Paraná (ESMAFE/PR). Mestrando em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

its democratically committed expression. The hermeneutical approach is due to the issue of public rationality, which implies a way of thinking in line with the law precepts, provided in the context of human and fundamental rights, which allows a broadening of the debate, that is not only on an economic sector, professional or dimension of law in particular, but over all, by considering that all stakeholders are competitors(concomitants)-collaborators in that rationality, expressing their adherence to law and its principles.

KEYWORDS: human rights; fundamental rights; democracy; public rationality; integral development.

1. INTRODUÇÃO

O problema deste artigo consiste na reflexão conjunta sobre o vínculo entre os direitos humanos e os direitos fundamentais, o desenvolvimento em sentido amplo e a racionalidade pública (compreendendo a racionalidade ambiental que guia o desenvolvimento integral) enquanto condicionantes hermenêuticos do próprio desenvolvimento integral, forma qualificada do desenvolvimento, sendo o problema pensado no horizonte de preocupações da afirmação de tais direitos em um sistema democrático.

O desenvolvimento integral tem sido compreendido, por diversos estudiosos e instituições internacionais, como o ápice da teoria do desenvolvimento, posto que sua abordagem integra as variáveis do desenvolvimento sustentável, no tripé econômico-social-ambiental, tendo em vistas a efetividade dos direitos humanos e fundamentais cumulativamente considerados de modo recíproco em suas dimensões.

A expressão democrática, assim, advém desta visão integrada e integradora de direitos das mais variadas dimensões, pensados no contexto determinante da e pela dignidade da pessoa humana e também da tutela ambiental, de modo que se tenha um conjunto integrado de preocupações e de prioridades na condução da vida pública que, por força tanto dos direitos humanos quanto dos fundamentais, orienta e coordena as práticas tanto públicas quanto privadas.

Para tanto, por força do tema da racionalidade pública, é abordada a dimensão hermenêutica do problema, que repercute juridicamente na qualidade da interpretação realizada e no subsequente resultado prático derivado desta. A premissa essencial acerca do enfoque pela racionalidade pública justifica-se pelo fato de que esta é pressuposto hermenêutico do próprio desenvolvimento, daí sua relevância no raciocínio proposto neste artigo. É que a racionalidade pública, orientada segundo a complexidade fornecida pela

racionalidade ambiental (eis que não há como pensá-la, juridicamente, fora destes quadrantes, por força da tutela ambiental integrada constitucionalmente vigente), consiste no padrão de raciocínio apto à coordenação dos elementos de Direito Público, em especial, cuja dimensão é construída pelas categorias de direitos, pensados em seus aspectos de direitos subjetivos, garantidos pela vigência dos direitos humanos e fundamentais.

Neste rumo de ideias, a projeção do desenvolvimento integral aborda todas as dimensões da vida coletiva, condensando os direitos humanos em todas as suas dimensões, assim como os fundamentais e demais princípios regentes do ordenamento jurídico.

O desenvolvimento do trabalho, nesta proposta, se realizou por meio de sistemática metodológica de raciocínio dialético nos diversos saberes interdisciplinares vinculados (no campo do Direito Constitucional e da Filosofia do Direito, no orbe das preocupações dos direitos humanos, dos direitos fundamentais e da democracia como desejável valor universal), com ênfase na compreensão hermenêutica do problema, também com elementos dedutivos dos sentidos teóricos, predominando o estudo reflexivo crítico sobre o escopo bibliográfico e a análise teórica como técnicas de pesquisa empregadas.

Por fim, destaca-se que o tema guarda direta ligação com o Grupo Temático do CONPEDI intitulado “Direitos fundamentais e Democracia”, uma vez que a racionalidade pública, ao ser conceito imediatamente implicado pelas discussões democráticas, permite vincular tais categorias com a problemática dos direitos fundamentais no contexto maior do desenvolvimento integral, implicando também, assim, uma dimensão mais ampla de fins do Estado a partir do sistema democrático, da cidadania e da participação. Com isso, pretende-se atender ao desafio maior de repensar o Direito em prol da construção de novos paradigmas, ou, pelo menos, da afirmação daqueles que já não são tidos como novos em termos teóricos, mas que ainda se encontram em disputa quanto à efetivação, sendo disso exemplo preferencial justamente o do princípio do desenvolvimento integral.

2. O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS COMO HORIZONTE HERMENÊUTICO DO DIREITO: A FUNÇÃO PROTETIVA E SUA EXTENSÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

O marco teórico fundamental deste artigo é a compreensão construída sobre a autonomia, especificidade e identidade científica do Direito Internacional dos Direitos

Humanos, exposta no “Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos”, de autoria do jurista brasileiro Antonio Augusto Cançado Trindade (1997).

Embora a tônica do autor seja nos direitos humanos, as funções delimitadas para estes direitos aproveitam também aos direitos fundamentais, sobretudo, tendo-se em mente a multifuncionalidade destes últimos, abordada por outro jurista brasileiro – Ingo Wolfgang Sarlet –, neste momento destacada apenas para enfatizar o caráter protetivo-promotor desta categoria, vinculada ao contexto dos direitos humanos: direitos fundamentais como direitos de defesa; como direitos a prestações (em sentido amplo: direitos à proteção, à participação na organização e procedimento; e direito a prestações em sentido estrito) (SARLET, 2009, p. 167), na esteira da afirmação da dignidade da pessoa humana (SARLET, 2001, p. 55).

Cientes da distinção que considera os direitos humanos como aqueles proclamados em orbe internacional, e os direitos fundamentais como os constantes do ordenamento interno com vínculo constitucional, como bem foi demarcado pelo jurista espanhol Antonio-Enrique Pérez Luño (1998, p. 44), destaca-se por outro lado que, hermeneuticamente, o sentido de ambos aponta para um mesmo complexo hermenêutico e axiológico a ser realizado em uma sociedade democrática. Aliás, na maior parte das vezes, embora nem sempre, os direitos humanos passam a integrar também os textos constitucionais dos Estados, caso em que se poderia nominá-los então de direitos humanos fundamentais, sem essa separação terminológica logo acima apontada. Para o objeto deste artigo o ponto de confluência será a ideia de proteção, a qual, inclusive, conforme adiante se poderá ver, traceja a comunicação do ordenamento interno com o internacional sob uma mesma teleologia fundamental.

Confere Trindade trato exaustivo em sua vasta obra (em especial nos três volumes do Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos) no sentido de afirmar o “direito de proteção” (1997, com destaque, sobretudo, ao primeiro capítulo do primeiro volume, intitulado “A Autonomia do Direito Internacional dos Direitos Humanos”), construído pelos tratados e demais esforços em torno do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que abarca tanto o Direito Internacional dos Direitos Humanos quanto o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados. Veja-se que, nestes ramos, a problemática do meio ambiente, assim como a da paz e a da democracia, pensadas em suas dimensões mais avançadas, são-lhes ínsitas. A perspectiva da proteção, assim, é indissociável tanto do direito ao desenvolvimento como direito humano e fundamental³, quanto na

³O objetivo deste artigo não é o de saturar o texto com informações advindas da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88), mas aqui vale rememorar na íntegra o seu art. 219, fundamental diante do problema que se está a enfrentar neste trabalho científico: “Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio

visualização do desenvolvimento em sua prática, a ser então compreendido como integral, vinculando todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, nos vértices econômico, social e ambiental, e do integral propriamente dito, que comporta ainda o espacial e o cultural.

Conforme compreende Trindade “[...] as raízes do que hoje entendemos por proteção internacional dos direitos humanos remontam, contudo, a movimentos sociais e políticos, correntes filosóficas, e doutrinas jurídicas distintos, que florescem ao longo de vários séculos em diferentes regiões do mundo” (TRINDADE, 1997, p. 17).

Assim, pode-se antever que o horizonte de sentido dos direitos humanos é mais amplo do que a dogmática jurídica possa sugerir, assentando-se em lutas e conquistas históricas, e em esforços do pensamento humano a partir da filosofia e da ciência do Direito, representando resultados multiculturais em um esforço coletivo que não pode ser desprezado nem pelos cidadãos, que usufruem de muitos destes direitos advindos de sacrifícios pretéritos de outros seres humanos, nem, igualmente e de modo mais grave, pelos profissionais das carreiras jurídicas, cujo objeto de estudo e trabalho é profundamente implicado pelos direitos humanos em seu escopo semântico.

De tal sorte, nas linhas de Trindade, tanto no livro objeto de maior detimento nesta passagem, quanto em outro sobre humanização⁴ do Direito Internacional (TRINDADE, 2006, p. 24), e, ainda, conforme a teoria do “*homo juridicus*” do jurista francês Alain Supiot (2007, p. 144), que apregoa a ideia do Direito como técnica de humanização das técnicas, tem-se na função social do Direito a função precípua de fomento e de concretização de todo o sentido dos direitos humanos, sendo paradigmática a Declaração Universal de 1948 enquanto referente basal da imagem do ser humano que o Direito deve promover e proteger.

Trindade, nesta linha de entendimentos, destaca o papel dos direitos humanos no sentido da afirmação da dignidade da pessoa humana, assim como da luta contra todas as formas de opressão, dominação, exclusão, arbitrariedade, despotismo, do que deveria resultar também a afirmação na vida comunitária participativa e a fixação de padrões mínimos de

nacional e será incentivado **de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e sócio-econômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País**, nos termos de lei federal”. No mesmo sentido vai o art. 3º da CF/88, ao fixar, entre os constituídos “objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] II – **garantir o desenvolvimento nacional**”. (grifo nosso).

⁴Conforme explica o autor ao propor sua visão do Direito Internacional dos Direitos Humanos: “Sinto-me privilegiado por ter podido acompanhar de perto os grandes temas do Direito Internacional nas três últimas décadas, e por ter podido influenciar – como ativo protagonista – os rumos de alguns deles. A experiência somada ao conhecimento adquirido têm-me, ao longo dos anos, orientado na firme defesa de uma posição *principista* (e não voluntarista) quanto à formação, função básica e evolução do Direito Internacional; de um enfoque *universalista* (e não interestatal) do mesmo; e, **sobretudo, de uma visão humanista do mesmo**.” (TRINDADE, 2006, p. IX, grifo nosso).

respeito ao próximo em caráter universal, respeitando-se, ainda, a diversidade cultural e tradições diversas de orientação política e religiosa.

Com isso, fica evidente que o vínculo político se apresenta claramente vetorizado em um horizonte jurídico de expectativas, uma vez que tal horizonte semântico marca um ponto de vista a partir do qual se determinam situações interpretativas, vinculando-se visão de mundo e construção prática de soluções. O ato interpretativo jurídico, assim, tem um claro vínculo externo de sentido, de sorte a ser integrado o horizonte individual com o externo do texto jurídico prescritivo de direitos humanos, em especial, refundando a compreensão jurídica.

Por isso, em virtude deste fundamento ético primeiro, Trindade afirma que o Direito Internacional dos Direitos Humanos é “[...] essencialmente um direito de proteção, marcado por uma lógica própria, e voltado à salvaguarda dos direitos dos seres humanos e não dos Estados” (TRINDADE, 1997, p. 20). Os direitos fundamentais seguem a mesma racionalidade, embora veiculem preocupações jurídicas adstritas ao interior dos Estados.

Assim, de tal autonomia decorreria o imperativo de interpretação para se alcançar a efetividade das prescrições, razão pela qual se deva atentar tanto à técnica mais adstrita, por meio de mecanismos próprios (petições, denúncias, relatórios, investigações) quanto pela conformação cultural de tais preocupações, segundo o objetivo primordial de se “[...] assegurar a proteção do ser humano, nos planos nacional e internacional, em toda e qualquer circunstância” (TRINDADE, 1997, p. 21).

Importa destacar, em função do objeto deste artigo, a noção de Trindade pela qual a prevalência absoluta da pessoa humana deve orquestrar os problemas de direito, democracia e desenvolvimento, por uma tríade integrada de sentido, com o foco recaindo nas condições de vida de todos os seres humanos em todos os países, sem quaisquer discriminações de qualquer sorte. E este ato de entendimento por certo que se coaduna também com a compreensão de ato de racionalidade pública. Tanto assim que Trindade enuncia uma das máximas do direito contemporâneo, tantas vezes olvidada pelos governos, profissionais do Direito e cidadãos: “o reconhecimento de que os direitos humanos permeiam todas as áreas da atividade humana corresponde a um novo *ethos* de nosso tempo” (TRINDADE, 1997, p. 21).

Afirma-se, assim, o imperativo de trânsito pelos círculos hermenêuticos de sentido, conforme teoria gadameriana, de modo que a abertura de sentido, realizando entendimentos das partes e compreensão do todo, no caso dos direitos humanos, abranja desde o sentido sistemático das normas instituintes até a sua consecução prática.

O texto declaratório e instituinte de direitos deve interpelar sensivelmente seu

intérprete, no qual a antecipação do sentido deve estar sintonizada com o contexto democrático do direito e seu humanismo jurídico subjacente, vinculando-se a pré-compreensão à construção da nova compreensão diante da concretude do real problematizado, no movimento de definição recíproca e progressiva das partes e do todo. Disse Hans-Georg Gadamer:

A regra hermenêutica, segundo a qual devemos compreender o todo a partir do singular e o singular a partir do todo, provém da retórica antiga e foi transferido, pela hermenêutica moderna, da arte de falar para a arte de compreender. Em ambos os casos, estamos às voltas com uma relação circular prévia. A antecipação de sentido, que comporta o todo, ganha uma compreensão explícita através do fato de as partes, determinadas pelo todo, determinarem por seu lado esse mesmo todo (2002, p. 72).

A palavra nos direitos humanos, assim, muito diferentemente do entendimento vulgar de mero emprego de termos genéricos, exalta sua potencialidade no processo de compreensão, afirmando-se a congruência do sentido total dos direitos, o que é consoante à proposta do desenvolvimento integral, no ponto específico de que o crescimento econômico é parte, que não representa o todo do desenvolvimento integral, sendo, portanto, hermeneuticamente falho o enfoque de uma parte, apenas.

Toda a vinculação hermenêutica pode ser sintetizada a partir da máxima de Gadamer presente em sua seguinte passagem:

Quando procuramos compreender um texto, não nos transferimos para a estrutura espiritual do autor, mas desde que se possa falar de transferência, transferimo-nos para seu pensamento. Isso significa, porém, que procuramos deixar e fazer valer o direito objetivo daquilo que o outro diz. Se quisermos compreender, buscaremos reforçar ainda mais seus argumentos. Na conversação e ainda mais na compreensão do escrito movemo-nos numa dimensão de sentido compreensível em si mesmo que como tal não motiva nenhum retorno à subjetividade do outro. **É tarefa da hermenêutica esclarecer o milagre da compreensão, que não é uma comunicação misteriosa entre as almas, mas participação num sentido comum.** (GADAMER, 2002, p. 73, grifo nosso).

Os círculos concêntricos hermenêuticos, assim, estruturam o entendimento jurídico fundamental pelo qual se tracejam os horizontes, no movimento contínuo de interdependência dos sentidos, vinculando expectativa e unidade de sentido, impedindo o círculo vicioso de leitura e interpretação, almejando-se a compreensão.

Conforme avanço havido na teoria hermenêutica, em especial posteriormente à publicação de “Ser e Tempo” (1927), de Martin Heidegger, tem-se o consenso de que a hermenêutica não se reduz ao problema da compreensão estrita dos textos, de modo que,

também, presta-se ao entendimento existencial. E é este entendimento existencial, projetado na interpretação dos direitos humanos, nos moldes ora propostos, a partir da compreensão de Trindade (direito de proteção), que se intensifica quando se compreende, nas linhas da teoria hermenêutica, que a base da inteligência humana é marcada pela existência, igualmente, humana: ela mesma finita, histórica e inteligente, lançada em uma relação prévia de sentido (pré-compreensão) que lhe integra à continuidade do mundo, em que deve prosseguir para alcançar uma unidade (esta, que permitirá o retorno do todo sobre as partes).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a autonomia dos direitos humanos marca a “unidade de sentido” (função protetiva) pretendida pelo esforço hermenêutico, conferindo um antecedente de pré-compreensão, fornecendo instrumentos para que a compreensão cabal se faça tendo por referencial a vinculação e a abertura a esta funcionalidade, justamente pelo sistema dos direitos humanos.

A boa-fé do intérprete, portanto, é decisiva para se refazer o sentido do texto. Este, por sua vez, é uma demanda prática de qualquer interpretação-enunciação que exaltem um processo de entendimento e compreensão sobre a realidade a partir do Direito. A participação no sentido comunitário dado aos direitos humanos, envolvido neste contexto, interpela o intérprete à ação, e esta, ao seu turno, será resultante da pré-compreensão no movimento de realização das condições hermenêuticas.

O domínio de proteção, que é a unidade hermenêutica de sentido do Direito Internacional dos Direitos Humanos, assim, se afirma, para Trindade, por meio de algumas características que, segundo a terminologia própria do autor, se podem sintetizar nas seguintes expressões-partes do sentido unitário, extraídas de todo o já acima referido primeiro capítulo da sua obra, em que trata o pensador da autonomia do Direito Internacional dos Direitos Humanos, verdadeira chave-hermenêutica do Direito. Destacam-se, assim: a pessoa humana como sujeito de direito interno e internacional, dotada de personalidade e capacidade jurídica em ambos orbes; a primazia da norma mais favorável às vítimas; o harmônico convívio de Direito Internacional e Direito Constitucional⁵; a coincidência de propósitos entre direito interno e internacional; a ampliação dos parâmetros de proteção das vítimas de violações de seus direitos e a constituição de obrigações *erga omnes* de proteção. Ainda, no mesmo sentido de características envolvidas destacam-se: a concepção necessariamente integral dos direitos

⁵ Neste sentido, a título de nota explicativa, lembra-se que Valerio de Oliveira Mazzuoli (2013, p. 25) defendeu uma tese, em 2008, que veio a densificar ainda mais a noção de um Estado Constitucional e Humanista de Direito, pugnando pela sua afirmação também por meio do controle jurisdicional de convencionalidade de leis no Brasil, em relação às normas internacionais de direitos humanos internalizadas e em vigor no País, ao lado do sistema de controle de constitucionalidade.

humanos (abarcando direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, conjuntamente); a especial atenção às medidas de prevenção e de seguimento; a expansão, a cumulação e o fortalecimento dos direitos humanos; o entendimento pela natureza complementar de todos os direitos humanos; a unidade fundamental de concepção e indivisibilidade de todos os direitos humanos e a igual imposição e implemento de todos os direitos humanos, sem preterições de ordem econômica.

Por fim, ainda merecem especial destaque os seguintes pontos exaltados por Trindade, segundo as construções frasais do próprio autor (1997, p. 20 e passim): a totalidade harmônica e indivisível do *corpus juris* de proteção; a defesa dos ostensivamente mais fracos; a ação sobre relações entre desiguais; o posicionamento em favor dos mais fracos; o critério interpretativo de remediar os efeitos dos desequilíbrios e disparidades; a defesa de interesses comuns superiores, de realização de justiça; o exercício da garantia coletiva; a interpretação restritiva de limitações e derrogações de direitos e a identificação das necessidades de proteção.

Ora, tais elementos, de elevado “status” interpretativo e de construção hermenêutica no nível mínimo de pré-compreensões a serem abertas nos círculos hermenêuticos implicam a fusão de horizontes como prática adequada. Desta forma, a atualização do texto, que não é apenas mera renovação do uso, mas contínua fusão e alargamento do seu sentido, se dá pela situação concreta, que marca historicamente a leitura, influenciando a tradição e renovando o sentido. A tarefa hermenêutica de tomada da consciência do poder da tradição é essencial, portanto, e no caso dos direitos humanos esta tradição é evidentemente densa por conta das referidas lutas históricas e construções filosóficas.

Ainda conforme Trindade, neste contexto acima delimitado enaltece-se o

[...] direito de proteção internacional dos mais fracos e vulneráveis (as vítimas de violações dos direitos humanos), cujos avanços em sua evolução histórica se têm devido em grande parte à mobilização da sociedade civil contra todos os tipos de dominação, exclusão e repressão. Tal direito de proteção conta com o indispensável concurso do poder público, dos Estados, detentores que são – à luz dos próprios tratados e instrumentos internacionais de proteção – da responsabilidade *primária* pela observância e salvaguarda dos direitos humanos. Os instrumentos de proteção internacional têm surgido como respostas a violações destes direitos, a operar quando os mecanismos de direito interno já não se mostram suficientes ou adequados para assegurar a proteção devida (TRINDADE, 1997, p. 26).

Deste modo, percebe-se como a tônica protetiva dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, por meio de sua multifuncionalidade, se projeta em um sistema democrático de

proteção da pessoa humana, cujo direito fundamental ao desenvolvimento encontra especial instrumento pelas vias de um desenvolvimento integral. A racionalidade pública, coadunada com a complexidade da racionalidade ambiental, veicula esta visão holística e integrada dos conceitos em movimento, conforme se demonstrará no tópico a seguir.

3. DESENVOLVIMENTO INTEGRAL COMO MÁXIME TELEOLÓGICO DO DIREITO E COMO COMPROMISSO DEMOCRÁTICO E SUA POSSIBILIDADE PELA RACIONALIDADE PÚBLICA

Como foi visto no ponto precedente, com proposital ênfase e detimento no caráter tuitivo dos direitos humanos e fundamentais – que necessita ser focado em um mundo de tamanhas violações cotidianas de ordem local e global –, tais direitos apresentam uma tônica de cuidado, de proteção e de promoção do ser humano, o que, contudo, em termos de efetividade, isto é, para a sua realização concreta no mundo da vida depende, além da vinculação dos intérpretes, de uma teoria econômico-prática apropriada para o perfazimento do arco que se abre na titularidade de um direito proclamado e que se fecha no atingimento prático de mudança da realidade pretendida por aquela norma prescritiva de direito e realizadora do seu comando.

Tal norma, ao seu turno, é complexa, uma vez que a pretensão do ordenamento jurídico é a da harmonização e da concorrência das diferentes dimensões: direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e outros, vividos, ao mesmo tempo, em suas interdependências recíprocas, com garantia institucional e fomento público-privado. Como pensar esta complexidade e estruturá-la, eis a proposta do desenvolvimento integral.

A noção de desenvolvimento, em sentido amplo, até mesmo por contraponto ao mero crescimento econômico (aumento de produção e de consumo), tem demandado, atualmente, um contexto de aprimoramento dos direitos humanos em termos de efetividade, sobretudo, uma vez que as declarações fundamentais de direitos, em geral, têm dado conta de um número considerável de situações – até mesmo pela abstração e abertura da linguagem – demandando, também e por isso mesmo, ajustamento da realidade às qualificações dos preceitos veiculados por meio destes direitos, o que irradia e vincula escolhas políticas e econômicas.

O desenvolvimento humano, no contexto do Estado Moderno, focado em sua representação do Bem-Estar Social, representou o foco na efetivação dos direitos das

populações, inserindo-se na agenda política a prioridade desta base, o que, sucessivamente, se consolidou na feição do Estado contemporâneo que, inegavelmente, expressa uma condensação potencial das dimensões de direitos humanos, todos projetados em um turbilhão interconectado de temas e referências reciprocamente significativos, impedindo qualquer reducionismo.

Em movimentos hermenêuticos como o da propriedade que se sujeita à função social, o meio ambiente que redimensiona as pretensões do antropocentrismo, e assim por diante, os direitos subjetivos alcançam potencial semântico-construtivo nunca antes visto, mesmo em termos de direito positivo, produzindo qualificações de situações jurídicas diversas: moradia não é apenas moradia, mas moradia com habitabilidade e dignidade, e assim com todos os demais direitos, seja qual for a sua classificação/dimensão.

O aprimoramento doutrinário indica a concorrência (não no sentido de oposição, mas de simultaneidade, de concomitância) de Estado e particulares na consecução dos direitos subjetivos, encontrando-se toda a sociedade vinculada, moral e juridicamente, à realização dos direitos, sejam humanos ou fundamentais, por meio de condutas que consideram o horizonte de sentido dos direitos, seja pela promoção, pelo respeito ou pela interdição que se depreendem dos preceitos jurídicos.

Com isso, a afirmação da cidadania democrática se faz presente, sendo ínsita à noção de desenvolvimento, abrindo toda a possibilidade significativa de encaminhamento dos esforços coletivos à finalidade maior de bem-estar individual e coletivo, alcançado pelo atendimento dos direitos e pela possibilidade de realização da qualidade de vida em uma sociedade democrática e garantidora destes direitos, e com eles comprometida⁶.

O desenvolvimento integral tem sido internacionalmente concebido como um conjunto de políticas que reafirmam o desenvolvimento sustentável, seja qual for o dito grau de “desenvolvimento” do país, sobretudo, pela sensibilidade da interconexão das comunidades humanas, unidas pelo destino comum da humanidade e do planeta. Assim, o conceito de desenvolvimento integral, veiculado, sobretudo, em teoria econômica, mas não

⁶ Guardadas as devidas proporções de contexto histórico e ideológico datados, pode-se trasladar para o momento presente dessas discussões sobre desenvolvimento integral em Estados de Direito Democráticos, Humanistas e de Bem-Estar Social, toda a rica e icônica teorização desenvolvida pelo filósofo e cientista político brasileiro Carlos Nelson Coutinho, a respeito da democracia como um valor universal, em seu clássico ensaio de 1979 (p. 33-48), no momento crucial de luta pela transição da ditadura civil-militar que então se vivia, ao regime democrático. Apesar de datado, seu texto teve grandes transcendências, que o levaram a, mais tarde (em 2000), pugnar pela “democratização como valor universal”. E é neste sentido que, por se acreditar que a própria democratização ainda não se tenha completado em todos os seus aspectos na sociedade brasileira, tendo-se muito mais uma democracia formal do que aquela realmente substancial, que deveria se capilarizar por todas as instituições, procedimentos, processos e relações, se propugna a democracia como “um valor universal” ainda a ser alcançado, propondo-se a busca de sua plenitude e consolidação, de que é exemplo este próprio artigo.

espartilhada a um campo de saber apenas (porque contém preceitos de Psicologia, de Sociologia, de Economia, direito entre outros – veja-se a existência da Ecosocioeconomia, campo, por excelência e nome, multidisciplinar), apresenta-se com tal adstrição ao debate dos direitos humanos que seu implemento se realiza quase em plano jurídico, conglobando o desenvolvimento humano, grande tônica dos direitos humanos, sem supressão do meio ambiente, garantido pelo desenvolvimento sustentável (o qual, certamente, em seu vértice “social” comporta o bem-estar humano de cada indivíduo).

Democracia, segurança multidimensional e promoção dos direitos humanos têm sido bandeiras do desenvolvimento integral, possível a partir de ações como a da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI), da Organização dos Estados Americanos, atuando na integração dos desenvolvimentos humano e sustentável, assim como de práticas de governança e de governabilidade, extensamente documentadas nas sempre rememoradas propostas de responsabilidade socioambiental empresarial, governamental e da sociedade civil, ao exemplo do “Compêndio para a Sustentabilidade: indicadores de Sustentabilidade das Nações” (2014, *on line*) e “Compêndio para a Sustentabilidade: ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental – uma contribuição para o desenvolvimento sustentável” (2014, *on line*), e que congregam ferramentas, indicadores, normas e certificações de responsabilidade socioambiental de empresas, de governos e orientações para todas as pessoas conscientes de tal responsabilidade.

Pode-se dizer também que o tema do desenvolvimento integral, assim pensado, se apresenta e se projeta, nas linhas do pensamento de Enrique Dussel (2002, p. 573) e de Celso Luiz Ludwig (2006, p. 187 e *passim*), como problema de vida e morte de milhões de pessoas, se tomado a partir do critério-fonte da vida, sob o imperativo de sua produção, manutenção e reprodução na vida coletiva, o que se compreende sob o seguinte prisma tendo-se em mente o necessário elo entre o desenvolvimento integral e a racionalidade pública. Veja-se:

[...] diante da existência real, empírica e massiva de *subjetividades negadas* – carência de vida em alguma ou algumas dimensões da existência –, desde a exclusão e exploração do trabalho até o analfabetismo de adultos e crianças, o *desenvolvimento* passa a ser um *momento* necessário da vida humana. Momento que instaura, inequivocamente, um *direito subjetivo legítimo*, com exigência de efetividade, intrínseco ao *critério-fonte* anunciado: a vida concreta de cada sujeito como *modo de realidade*, sendo que aqui esse *modo de realidade* consiste na negação de vida em algum grau da subjetividade, por isso, categorialmente, *subjetividade negada* na determinação específica do *desenvolvimento*. (LUDWIG, 2006, p. 187, grifos do autor).

Deste modo, fica claro o horizonte jurídico e ético das preocupações com o desenvolvimento integral, que repercute diretamente em dimensões de racionalidade pública, na medida em que esta antecede a possibilidade de tal desenvolvimento, como instrumento de mediação.

Ao exemplo do estudo de José Antônio Damásio Abib (2008), pode-se perceber o papel do desenvolvimento humano neste contexto, de sorte que, para o autor, pontuando o problema no campo da Psicologia, uma filosofia pós-moderna dos direitos humanos como condicionante do desenvolvimento humano (este compreendido como realização dos direitos humanos) depende de uma ética pragmatista da alteridade, assim como de uma política pós-moderna da alteridade, que representam a ampliação dos campos estritamente individualistas para uma dimensão dialógica coletiva, o que pode ser sintetizado na seguinte postura de entendimento:

Uma filosofia de desenvolvimento humano é uma *filosofia de direitos humanos*. Aqui [contexto pós-moderno], uma filosofia pós-moderna de direitos humanos centra-se em uma ética e política pós-moderna de alteridade, retoma o individualismo humanista moderno e se solidariza com os movimentos sociais modernos. Nessa acepção pós-moderna de desenvolvimento humano, uma filosofia de direitos humanos não pode mais defender esses direitos como *terminus a quo*, como *ponto de partida* para a formação da cidadania, mas sim como *terminus ad quem*, como *ponto final* para a construção da cidade humana. Os direitos humanos não são universais, são *universalizáveis*. (ABIB, 2008, p. 427).

Veja-se também, neste sentido, o entendimento do ecossocioeconomista polonês Ignacy Sachs, um dos pensadores com mais profundas influências na construção do hoje consagrado conceito de desenvolvimento includente, sustentável e sustentado, o qual é uma projeção anterior e componente indispensável do desenvolvimento integral como conceito mais amplo:

Pelo fato de contribuírem diretamente para o bem-estar da população, a universalização do acesso aos serviços sociais afigura-se como um componente essencial do tripé de desenvolvimento includente, sustentável e sustentado. Em que pesem as investidas dos economistas neoliberais contra a hipertrofia do aparelho do Estado, a demanda por serviços sociais está longe de ser saturada, inclusive nos países mais ricos do planeta. O escopo, o volume e a qualidade destes serviços oferecem numerosas oportunidades de emprego e um campo de atuação para organismos públicos, Oscips, e diferentes parcerias entre o público e o privado (PPP). Sem dúvida, as administrações pletóricas devem ser reduzidas, ao passo que o número de agentes dos serviços sociais aumenta. (SACHS, 1997, p. 26).

No sistema proposto, o bem-estar da população é enfocado como finalidade maior da

estruturação social, de sorte que as dimensões individuais e coletivas se coadunem na efetivação da possibilidade de realização das vidas de cada uma das pessoas envolvidas.

O conceito de desenvolvimento integral como ápice das formas qualificadas de desenvolvimento (includente, sustentável, sustentado, viável, durável, humano, econômico, social, político, ético, ambiental) é trabalhado por Sachs (2007) em “rumo à ecossocioeconomia”, momento teórico de maior complexidade e condensação, pela abstração mais alta das qualificações dantes tratadas em estudos específicos pelo autor, o que eleva a proposta à dimensão de um aporte filosófico do problema do desenvolvimento, impensável fora dos quadrantes dos direitos humanos (e fundamentais) integrados e a democracia (ela mesma uma dimensão inarredável dos direitos fundamentais).

Os esforços teóricos de Ignacy Sachs ao longo dos anos de 1994, 1995, 1998, 2004, 2007 e 2008, representam uma sua luta pela sensível percepção do tema, tanto que o autor submete a noção de desenvolvimento à da difusão e efetividade dos direitos humanos e fundamentais, conforme seu consagrado artigo “o desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos”, de 1998. Destaca o autor os elementos que têm embasado esta proposta e suas hipóteses:

Assim como os direitos humanos, a noção de desenvolvimento é central nas preocupações da ONU. Ao longo dos últimos 50 anos, ela se enriqueceu consideravelmente. A idéia simplista de que o crescimento econômico por si só bastaria para assegurar o desenvolvimento foi rapidamente abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito, expressa pelas adições sucessivas de epítetos: econômico, social, cultural, naturalmente político, depois viável [*sustainable*], enfim, último e recente acréscimo, **humano, significando ter como objetivo o desenvolvimento dos homens e das mulheres em lugar da multiplicação das coisas** (SACHS, 1998, p. 151, grifos nossos).

O problema se demonstra assim engendrado quando o pensador propõe desenvolvimento atrelado aos direitos humanos e, igualmente, implicado na própria ideia de democratização, modo este de dispor as ideias que realiza uma verdadeira apreensão sistemática e holística da interação dos conceitos.

Na verdade, *desenvolvimento e democratização* se confundem enquanto *processo histórico*, desde que uma acepção larga seja dada ao segundo termo. Para além de uma simples instauração (ou restabelecimento) do Estado de direito e das instituições de governança democrática, a democratização é também o aprofundamento, jamais terminado, da democracia no *quotidiano*, do exercício da *cidadania* com vistas à expansão, à universalização e à apropriação efetiva dos direitos de segunda e terceira gerações. (SACHS, 1998, p. 153).

Neste sentido, o desenvolvimento integral supera as noções apertadas e restritas de crescimento econômico, assim como de desenvolvimento humano ou econômico, reunindo, a partir dos aportes da Ecosocioeconomia, abordagens mais complexas para avaliação do desenvolvimento mais amplo das nações.

Conforme compreende Sachs (2007, p. 265), o desenvolvimento integral comporta uma axiologia de princípios universais, tendo sua finalidade social fundamentada por postulados éticos de solidariedade intra e intergeracionais (ou sincrônica e diacrônica), com ênfase na cláusula de contrato social da equidade garantida, fazendo coincidir o desenvolvimento integral de cada ser humano (do qual o desenvolvimento humano faz parte) com o de todos os homens (em um flagrante movimento de compreensão de círculo hermenêutico, frisa-se, tal como foi apontado no item anterior, sobre a proteção dos direitos humanos).

O desenvolvimento integral, assim, fundaria uma “civilização do ser”, na qual Ser seria mais importante do que o Ter – este, estritamente considerado como finalidade maior em irracional acumulação sem fim de bens e com necessidades sempre insatisfeitas –, sendo o Ter balizado pela equidade na expressão da partilha equilibrada, por força da solidariedade presente e futura, garantida por meio de um plano instrumental guiado pela eficiência econômica pensada em padrões macrosociais, e não mais apenas na relação de lucratividade pontual (SACHS, 2007, p. 267).

O desenvolvimento integral, portanto, na teoria de Sachs, vinculando esferas pública e privada, apresenta-se como união indissociável das dimensões do desenvolvimento sustentável, com o vértice econômico dirigindo o plano instrumental, o vértice social como finalidade sistêmica e o vértice ecológico-ambiental como dimensão a ser respeitada pelo movimento dos outros dois, somando-se o vértice espacial (considerando-se as referências de distribuição espacial-geográfica e seus efeitos políticos), acrescentando preocupações com áreas rurais e urbanas e seus modos de produção, técnicas regenerativas, proteção de biodiversidade; e, por fim, o vértice cultural, representando a proteção de valores locais de produção e manutenção da vida.

Segundo estudo de César Rodríguez Garavito, Juana Kweitel, Laura Trajber Waisbich, intitulado “Desenvolvimento e direitos humanos: algumas ideias para reiniciar o debate” (GARAVITO; KWEITEL; WAISBICH, 2004, p. 5-15), o desenvolvimento econômico – não se considera o desenvolvimento integral, e sim o econômico – apresenta-se como um precedente relevante para avaliar o atendimento aos direitos humanos. Para tanto, os autores identificam tensões entre: desenvolvimento e crescimento econômico; limites

ecossistêmicos e demanda de expansão de acesso a direitos; direito à propriedade e bens comuns; e, por fim, “nós vs. eles”, expressão que enfoca não o objeto de proteção dos direitos humanos, mas sim o movimento dos direitos humanos e suas articulações com outros setores de interesse (empresarial, financeiro, tecnocrata, sindical, governamental etc.). Em vista disso, os autores propõem que o movimento dos direitos humanos deve fortalecer algumas capacidades além da complexidade de marcos conceituais, o que reverbera no desenvolvimento de ferramentas, da promoção de unidade de ação e mapeamento de capacidades instaladas e disponíveis (identificação de parceiros, interlocutores e opositores).

O entendimento de Sachs focado neste artigo, as contribuições trazidas pelos Compêndios de Sustentabilidade acima referidos e a proposta de leitura jurídica do desenvolvimento integral, dos direitos humanos/fundamentais, da democracia e da racionalidade pública, postos neste artigo, pretendem contribuir com a estratégia abaixo recomendada pelos autores Garavito, Kweitel e Waisbich:

Desenvolver novas ferramentas conceituais. A primeira lacuna é a falta de ferramentas conceituais para pensar as alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento econômico, seja por intermédio da economia em rede, seja pelo modelo dos bens comuns. Só a acumulação sistemática de evidências nos possibilitará construir uma base de informação e compreensão entre as organizações da região. Também nos falta atuar de modo crítico e propositivo, até intervindo na produção de conhecimento, em especial nas ciências jurídicas e econômicas. (2004, p. 13).

Diante disso, concluem os autores que permanece vigente o confronto do crescimento econômico (expansão do consumo) com a noção de desenvolvimento e de direitos (desenvolvimento como realização de direitos humanos por todas as pessoas), sendo que as providências, inicialmente, precisam ser pensadas em âmbito local, por movimentos de confiança e reciprocidade, a serem conectadas em orbe global, de modo a produzirem efeitos transnacionais, reunindo ações micro com princípios macro.

Deste modo, do conceito de desenvolvimento integral pode-se visualizar a integração da cumulatividade dos direitos humanos e fundamentais, reciprocamente considerados, coordenados em uma teoria ecossocioeconômica de desenvolvimento integral. Ocorre que conforme foi indicado no item precedente, e tal como nas linhas da proposta deste artigo, a dimensão hermenêutica do problema é inegável, de modo que uma breve atenção aos antecedentes hermenêuticos enquanto categorias do intérprete deve ser também destacada.

Segundo estudos do economista mexicano Enrique Leff, as contemporâneas questões

do desenvolvimento sustentável implicariam tanto o redimensionamento da epistemologia ambiental (2006b), quanto da racionalidade ambiental (2006a) e mesmo de um saber ambiental (2001). A racionalidade ambiental incorporaria ao raciocínio econômico clássico de alocação de recursos a dimensão social e ambiental vinculantes no sistema de desenvolvimento sustentável democrático, de modo que o meio de resolução dos problemas socioambientais e econômicos consideraria novas variáveis do que apenas aquelas consideradas pela racionalidade econômica clássica, abarcando multiculturalismo, valorização das culturas locais, redução da superexploração de ecossistemas e padrões de consumo e vida mais simples e sustentáveis.

Esta proposta de Leff revela uma coadunação compreensiva com o problema da racionalidade pública, expressão das possibilidades do sistema político em coordenar suas missões sociais e constitucionais. Por isso, a racionalidade ambiental (LEFF, 2001, p. 151) comporta um conjunto de ordens e interesses de práticas sociais considerando-se regras, meios e fins socialmente construídos, articulando-se quatro esferas de racionalidade: substantiva, teórica, instrumental e cultural, o que culmina na apropriação e transformação da natureza segundo processo de tomada de decisões complexo, equacionando maior número de variáveis do que a do sinal único do lucro.

Conforme também identificou o sociólogo brasileiro Hélio Jaguaribe, o desenvolvimento (e aqui se compreende o sentido do desenvolvimento integral, inobstante o autor referenciado trate do desenvolvimento em contraponto ao crescimento) é determinado pela qualidade da racionalidade pública exercida pelo seu corpo político (novamente, vale a ressalva de que, na expressão “racionalidade pública” compreende-se, para fins deste estudo, a racionalidade ambiental proposta por Leff):

No complexo de fatores intercondicionantes que determinam o processo de desenvolvimento de uma dada sociedade, o último elo da cadeia é o grau de racionalidade pública existente em tal sociedade. O subdesenvolvimento de uma sociedade é sempre a expressão de um insuficiente nível de racionalidade pública (JAGUARIBE, 2001, p. 57).

Assim, o elemento da racionalidade pública/racionalidade ambiental ocupa elevado posto na concreção dos potenciais do desenvolvimento integral, o qual condensa em seu teor todo o amplo rol de pretensões dos direitos subjetivos e do sistema democrático.

A racionalidade pública é determinada pelo nível de racionalidade dos gestores da coisa pública no desempenho de suas atribuições. Depende fundamentalmente, numa sociedade contemporânea, do nível de racionalidade de sua classe política e de seus administradores públicos. O nível de racionalidade dos gestores públicos, por sua vez, depende do nível médio de racionalidade observável nos setores da sociedade que escolhem tais gestores. Numa contemporânea democracia de massas, é um eleitorado compreendendo todos os cidadãos adultos que decide, por votação, a escolha da classe política. (JAGUARIBE, 2001, p. 58).

Os efeitos deletérios da falta de racionalidade pública compatível com os preceitos constitucionais e do Direito Internacional dos Direitos Humanos passa a ser, ainda segundo Jaguaribe, uma fonte de perpetuação das práticas opressivas, corruptas, arbitrárias e democraticamente incompatíveis que podem ser produzidas por um governo.

O grande problema para a superação do subdesenvolvimento ou, em outras palavras, para que as apropriadas estratégias de desenvolvimento, teoricamente disponíveis, sejam adequadamente escolhidas e aplicadas, decorre da insuficiência da racionalidade pública que tende a caracterizar as sociedades subdesenvolvidas. As imensas insuficiências educacionais e a amplíssima margem de pobreza e miséria, características do subdesenvolvimento, conduzem tais sociedades a um nível médio de racionalidade extremamente modesto. Esse modesto nível médio de racionalidade gera insuficientes níveis de racionalidade pública. E esta a razão pela qual o subdesenvolvimento se retroalimenta e perpetua (JAGUARIBE, 2001, p. 58).

Deste modo, percebe-se, de todo o exposto neste item, que o vínculo entre o desenvolvimento integral, os direitos humanos/fundamentais, a democracia e a racionalidade pública são interconectados no movimento hermenêutico de compreensão das realidades jurídica e socioeconômica, de modo que o pensamento conjunto destas dimensões pode vir a produzir os resultados esperados pela expectativa global do ordenamento jurídico interno e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo o problema central se condensou em torno da reflexão conjunta sobre o vínculo entre os direitos humanos, o desenvolvimento em sentido amplo – e não apenas como uma expressão de direito humano e fundamental – e a racionalidade pública, considerados como elementos condicionantes de uma hermenêutica vinculada às pretensões de veiculação, fomento e realização do desenvolvimento integral.

O desenvolvimento integral, como foi visto a partir, sobretudo, do entendimento de Ignacy Sachs, apresenta-se como forma mais elevada de desenvolvimento, abarcando as dimensões do desenvolvimento sustentável e suas qualificações, contemplando, ainda, as dimensões espacial e cultural.

Assim, o desenvolvimento integral apresenta face sintética relevante em relação à condensação e cumulação integrada dos direitos humanos de todas as dimensões, marcando uma marcha concorrente de valores, práticas e normas constitucionais com uma teleologia definida de bem-estar individual e coletivo e qualidade de vida igualmente decentes, dignos, incluídos e sustentáveis.

Conforme se viu neste estudo, o procedimento hermenêutico dos círculos hermenêuticos possibilita compreender o trânsito entre diferentes dimensões dos direitos, concorrentes e concomitantes, coadunadas que se encontram nos limites do desenvolvimento integral, contemplando as esferas econômica, social e política da vida humana.

Ainda, segundo foi destacado, o entendimento do problema apresenta-se como questão de vida ou morte para milhões de pessoas, uma vez que em jogo se encontram os modos de resolver a obrigação essencial da vida como critério-fonte, qual seja, a obrigação de produção, manutenção e reprodução desta mesma vida que, acaso tenha os direitos violados, poderá padecer definitivamente, ou ser, em diversos graus, cabalmente prejudicada e tolhida.

O vínculo democrático da proposta aponta para uma abrangência crescente e incluída de tutela da vida, prestando, ainda, as significações e qualificações destes mesmos direitos, cuja estima pela titularidade e exercícios gerais e irrestritos revela o pensamento democrático subjacente, tendente à universalização prática, e desta sempre desejoso.

Pelo teor hermenêutico do problema, a categoria da racionalidade pública, entendida na complexidade trazida pela racionalidade ambiental, permite efetivar preceitos como o da solidariedade sincrônica e diacrônica, em razão de estas racionalidades superarem em muito o horizonte de uma racionalidade econômica que enfoca exclusivamente o lucro egoístico, aprisionado restritamente em seu hedonismo, que faz viver o capital, mas que mata a vida em si, ou a dignidade dos seres vivos em várias de suas concepções. O pressuposto da complexidade contido na forma do desenvolvimento integral demanda uma racionalidade igualmente complexa que dê conta da solução de problemas com tamanhas variáveis.

Por todo o exposto, este artigo pretendeu contribuir com o tema dos direitos fundamentais e da democracia, pensados de modo conjunto, exaltando-se o papel do conceito de desenvolvimento integral, instrumentalizado na prática pela racionalidade pública/ambiental, insistentemente destacados na forma protetiva, característica do Direito

Internacional dos Direitos Humanos, com o fim principal de propor o modelo hermenêutico de enfrentamento de uma realidade complexa regulamentada por um Direito igualmente complexo.

A visão holística do desenvolvimento integral contribui, assim, com a percepção da cumulatividade dos direitos humanos, sua essencial significação na sociedade contemporânea, assim como a urgência de uma racionalidade compatível com a demanda de efetividade, no caso, destacada nas linhas da racionalidade pública/ambiental.

REFERÊNCIAS

ABIB, José Antônio Damásio. Ensaio sobre o desenvolvimento humano na pós-modernidade. **Psicologia em estudo**, São Paulo, v. 13, n.3,p. 415-427, 2008.

ABRAMOVAY, Ricardo; ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

COMPÊNDIO PARA A SUSTENTABILIDADE: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. Disponível em: <<http://www.compendiosustentabilidade.com.br/2008/default.asp>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

COMPÊNDIO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE NAÇÕES: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade. Disponível em: <<http://www.compendiosustentabilidade.com.br>>. Acesso em: 19 fev. 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-48, 1979.

_____. **Contra a corrente:** ensaios sobre a democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 2. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método II**. Complementos e índice. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução por Márcia Sá Cavalcante-Schuback. Petrópolis: Vozes, 2002.

JAGUARIBE, Hélio. O problema do desenvolvimento nacional: em torno do pensamento de Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA; Luiz Carlos; REGO, José Marcio. **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 53-60.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

_____. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

GARAVITO, César Rodríguez; KWEITEL, Juana; WAISBICH, Laura Trajber. Desenvolvimento e Direitos Humanos: algumas ideias para reiniciar o debate. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v.1, n.1, p. 5-15, jan. 2004.

LUDWIG, Celso Luiz. **Para uma filosofia jurídica da libertação**. Paradigmas da filosofia, filosofia da libertação e direito alternativo. Florianópolis: Conceito, 2006.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **O controle jurisdicional de convencionalidade das leis**. 3. ed. ver., atual. E ampl. São Paulo: RT, 2013.

PÉREZ LUÑO, Antonio-Enrique. **Los derechos fundamentales**. 7. ed. Madrid: Tecnos, 1998.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. O problema da democracia econômica e social. **Estudos avançados USP**, v.8, n.21, p. 7-20, maio./ago., 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200002>. Acesso em: 26 abr. 2008.

_____. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. **Estudos avançados USP**, v. 9, n.25, p. 29-63, set./dez., 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 abr. 2008.

_____. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estudos avançados USP**, v.11, n.30, p. 213-242, maio./ago., 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141997000200014&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 abr. 2008.

_____. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos avançados USP**, v.12, n.33, p. 149-156, maio./ago., 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000200011&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 abr. 2008.

_____. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos avançados USP**, v.18, n.51, p. 23-49, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200002>. Acesso em: 26 abr. 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2001.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SUPIOT, Alain. **Homo juridicus**. Ensaio sobre a função antropológica do Direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A humanização do direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

_____. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: SAFE, 1997. v. 1.